

Domingo, 02 de Agosto de 2026

A Urgência de Ouvir Quem Sofre em Silêncio: Quando a Justiça Ignora a Dor Masculina

Reflexão sobre a necessidade de equilibrar proteção de direitos com a busca pela verdade e pela Justiça para todos.

Em um cenário onde a sociedade aprendeu a reconhecer o sofrimento feminino, emerge uma questão fundamental: por que permanecemos indiferentes ao sofrimento dos homens?

Nenhuma sociedade alcança verdadeira equidade quando seleciona quais vítimas merecem ser atendidas.

O Brasil progrediu significativamente ao conscientizar-se sobre a gravidade da agressão contra mulheres. Foi um passo correto. Foi um avanço imprescindível. Continua sendo relevante.

A Lei Maria da Penha constitui uma das mais notáveis realizações da nação brasileira no tocante à preservação da dignidade. Isso não é questionável.

Porém, há outro aspecto que demanda discussão.

Quem defende o homem falsamente incriminado?

Quem escuta o genitor privado da convivência com seus filhos?

Quem oferece amparo ao homem cuja honra foi prejudicada antes da conclusão do processo investigativo?

Quem se solidariza com aqueles que enfrentam angústia na clandestinidade por receio da estigmatização, preconceitos ou desprezo?

Estas questões não minimizam o sofrimento das mulheres.

Não reduzem suas garantias.

Não desqualificam suas realizações.

Na verdade, o oposto é verdadeiro.

Uma nação madura consegue amparar as mulheres sem descartar os homens.

Consegue acolher uma acusação mantendo o empenho na realidade factual.

Consegue defender direitos preservando a Justiça.

Vivemos uma época onde diversos indivíduos passaram a perceber a existência como uma rivalidade entre os sexos. Como se houvesse vencedores e perdedores.

Contudo, esse pensamento é prejudicial.

Homens e mulheres não são rivais. Integram a mesma coletividade. Formam as mesmas estruturas familiares. Educam os mesmos filhos. Vivenciam as mesmas angústias.

O problema emerge quando interrompemos a análise dos acontecimentos e focamos apenas em interpretações. Quando isso ocorre, a factualidade se perde. Sem factualidade não há Justiça.

Quando um homem agride uma mulher, deve ser penalizado conforme a legislação. Se ameaça, persegue ou exerce violência, deve receber as devidas condenações. Essa é uma exigência fundamental.

Porém, há outra igualmente relevante: quando uma investigação comprova falsa alegação, calúnia ou acusação falsa, o ordenamento jurídico igualmente estabelece punição. E precisa ser executada.

A culpabilização não pode existir unilateralmente. A equidade não pode estar restrita aos direitos. Deve incluir obrigações e punições.

Argumentar dessa forma não representa antagonismo às mulheres. Representa compromisso com a verdade. E a verdade merece ser preservada em qualquer contexto.

Contudo, há quem sofra ainda mais quando o sistema falha: as gerações futuras.

Enquanto maiores discutem legitimidade, descendentes avançam em idade. Enquanto procedimentos se estendem, momentos especiais desaparecem. Enquanto acusações e contra-argumentos se multiplicam, relações pais-filhos se deterioram.

Nenhuma sentença recupera uma adolescência roubada. Nenhuma determinação judicial restitui períodos não compartilhados entre genitores e filhos.

Portanto, essa argumentação não deve girar em torno de sexo masculino contra feminino. Deve focar-se na preservação dos fatos, defesa da infância e Justiça apropriada.

Necessitamos de processos expeditos. De órgãos técnicos estruturados. De julgamentos prudentes. De uma estrutura apto a blindar prejudicados legítimos sem permitir injustiças.

E precisamos encontrar coragem para discutir sofrimentos frequentemente marginalizados na esfera pública.

A defesa das mulheres é essencial. Porém, acolher os homens também é imperioso.

Uma coletividade estável não categoriza quais sofrimentos requerem reconhecimento. Não separa quais sofrendores necessitam acolhida. Ela reconhece. Ela examina. Ela protege. Ela penaliza infrações.

E, fundamentalmente, ela persegue a verdade.

Porque o sofrer não tem gênero.

A injustiça não tem gênero.

E tampouco a verdade.